

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a **Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, classificados como Classe II A e Grupo D, oriundos dos grandes geradores da Administração Pública Municipal Direta e Indireta, abrangendo as unidades e equipamentos públicos localizados nas zonas urbana e rural do Município de Caruaru/PE, em conformidade com as especificações técnicas e condições gerais de execução estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e em seus anexos, bem como em observância ao disposto na Lei Municipal nº 7.372, de 18 de junho de 2025**, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos e dá outras providências.

1.2. Estão abrangidos pela presente contratação os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta que, em razão da natureza de suas atividades e do elevado fluxo diário de usuários, enquadram-se como grandes geradores de resíduos sólidos, notadamente a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação e Esportes, a Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome e a Central de Abastecimento de Caruaru - CEACA, cujos equipamentos vinculados apresentam geração contínua e expressiva de resíduos sólidos.

1.3. A contratação será realizada em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024, e da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1.1. A presente contratação decorre de obrigação legal instituída pela Lei Municipal nº 7.372/2025, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no âmbito do Município de Caruaru, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS (Lei nº 12.305/2010) e com os princípios que regem as contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.1.2. Nos termos do art. 2º, inciso I, da Lei Municipal nº 7.372/2025, são considerados grandes geradores os equipamentos públicos municipais que produzam resíduos sólidos em volume superior a 300 (trezentos) litros por dia, hipótese em que os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta tornam-se integralmente responsáveis pelo gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos gerados em suas dependências, abrangendo as etapas de coleta, transporte, tratamento e destinação final, conforme disposto no art. 3º do referido diploma legal.

2.1.3. Enquadram-se nessa condição, entre outros, os equipamentos vinculados à **Secretaria Municipal de Saúde**, à **Secretaria Municipal de Educação e Esportes**, à **Secretaria Municipal de Assistência Social e Combate à Fome**, bem como à **Central de Abastecimento de Caruaru - CEACA**, os quais apresentam geração contínua e expressiva de resíduos sólidos em razão do elevado fluxo diário de usuários e da natureza essencial dos serviços prestados à população.

2.1.4. A Lei Municipal nº 7.372/2025 estabelece, de forma expressa, em seu art. 4º, inciso II, a obrigatoriedade de os grandes geradores contratarem empresas devidamente licenciadas e autorizadas pelo órgão ambiental competente para a execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, sendo vedada a utilização do serviço público regular de coleta destinado aos resíduos domiciliares.

2.1.5. Nesse contexto, embora a Secretaria de Serviços Públicos detenha, ordinariamente, a competência administrativa para o manejo dos resíduos sólidos urbanos, encontra-se legalmente impedida de realizar

a coleta dos resíduos provenientes dos grandes geradores, inclusive daqueles pertencentes à Administração Pública Municipal, uma vez que a legislação municipal atribuiu essa responsabilidade de forma direta aos próprios geradores.

2.1.6. A necessidade administrativa, bem como a análise detalhada dos aspectos técnicos, ambientais, jurídicos, operacionais e econômicos relacionados ao gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pelos grandes geradores da Administração Pública Municipal, encontram-se pormenorizadamente demonstradas no Estudo Técnico Preliminar, o qual fundamenta a presente contratação e integra o processo administrativo.

2.1.7. Ressalta-se, por fim, que a solução analisada no Estudo Técnico Preliminar insere-se no contexto mais amplo da implementação de políticas públicas ambientais e urbanas, encontrando-se alinhada às diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, notadamente os ODS 11, 12 e 13, contribuindo para a promoção da sustentabilidade ambiental, da saúde pública e da eficiência administrativa.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. Os quantitativos estimados foram definidos com base no levantamento da geração de resíduos sólidos dos grandes geradores da Administração Pública Municipal, considerando o número de unidades atendidas, a tipologia dos resíduos (Classe II A e Grupo D), a frequência necessária de coleta e a capacidade operacional requerida para a execução contínua e regular dos serviços.

2.2.2. O detalhamento pormenorizado dos quantitativos, dos critérios adotados e das premissas consideradas encontra-se descrito no Estudo Técnico Preliminar, que subsidia a presente contratação.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A escolha da solução proposta para atendimento da necessidade administrativa decorreu de análise técnica, jurídica, ambiental e econômica realizada no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, no qual foram avaliadas as alternativas disponíveis para o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos gerados pelos grandes geradores da Administração Pública Municipal.

2.3.2. A solução selecionada mostrou-se a mais adequada sob os aspectos da viabilidade técnica, da compatibilidade com a legislação ambiental e sanitária vigente, da segurança jurídica, da continuidade dos serviços públicos essenciais e da economicidade, considerando-se a obrigação legal imposta pela Lei Municipal nº 7.372/2025.

2.3.3. A fundamentação detalhada que embasou a escolha da solução encontra-se pormenorizada no item 4 do Estudo Técnico Preliminar, que integra o presente processo administrativo e subsidia a elaboração deste Termo de Referência.

3. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA

3.1. Os serviços são considerados **SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA**, sendo todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, pois enquadram-se na classificação nos termos do inciso XXI, alínea a, do artigo 6º da Lei 14.133/2021.

3.2. A presente contratação enquadra-se como serviço contínuo, conforme disposto no inciso XV do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021, que assim dispõe:

XV - serviços e fornecimentos contínuos: serviços contratados e compras realizadas pela Administração Pública para a manutenção da atividade administrativa, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas.

3.2.1. Trata-se de necessidade permanente e indispensável, que demanda execução regular e contínua dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos gerados pelos

grandes geradores da Administração Pública Municipal, em razão da geração diária e ininterrupta de resíduos decorrente do funcionamento dos equipamentos públicos. A continuidade da prestação é essencial para assegurar a regularidade dos serviços públicos essenciais, o atendimento às exigências legais e ambientais impostas pela Lei Municipal nº 7.372/2025, a proteção da saúde pública e a prevenção de riscos sanitários e ambientais associados ao acúmulo ou à destinação inadequada de resíduos, devendo, portanto, ser planejada e executada de forma ininterrupta e sistemática.

3.2. A licitação será processada na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, conforme justificativa constante no tópico 9 do ETP.

3.3. O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**.

3.4. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequadas e eficientes para seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

4. DA DEFINIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DO QUANTITATIVO

4.1. A empresa especializada deverá realizar **SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS (CLASSE II A E GRUPO D) ORIUNDOS DOS GRANDES GERADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA E INDIRETA**, no Município de Caruaru – PE, conforme definido na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UND	QUANT. MENSAL TOTAL	QUANT. ANUAL TOTAL
1.	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos CLASSE II A E GRUPO D;	TON	2.445,67	29.348,04

4.2. O escopo básico de trabalho para a execução do objeto consistirá das atividades na utilização de mão de obra com ferramentas e equipamentos, com o auxílio de máquinas e veículos.

4.3. A empresa contratada deverá disponibilizar mão de obra, máquinas, equipamentos, EPIs e quaisquer outros materiais imprescindíveis prestação dos serviços:

4.3.1. A CONTRATADA deverá dispor de software e/ou sistema de rastreamento com dispositivos em todos os veículos de sua frota, bem como disponibilizar para a CONTRATANTE acesso aos dados produzidos em tempo real e em replay e com possibilidade de extração com retroativo mínimo de um ano das informações geradas.

4.3.2. A CONTRATADA deverá dispor mensalmente ou sempre que solicitada pela CONTRATANTE de comprovação dos serviços executados através de mapas disponibilizados em arquivo eletrônico em formato acessível, gerado por softwares de tratamento e manipulação de dados de GNSS, com extensões *.gtm, *.gpx e/ou *.kml.

4.4. Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos CLASSE II A E GRUPO D, até a destinação final:

4.4.1 Caracterização dos Resíduos e dos Geradores

Os serviços objeto desta contratação compreendem a coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos classificados como Classe II A e Grupo D, nos termos

da ABNT NBR 10004, RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas aplicáveis, oriundos de grandes geradores vinculados à Administração Pública Municipal.

Enquadram-se como geradores os seguintes equipamentos públicos, dentre outros de natureza similar que atendam grande fluxo de usuários, localizados nas zonas urbana e rural do Município:

- Hospitais municipais;
- Unidades de Pronto Atendimento – UPAs;
- Unidades Básicas de Saúde – UBS (exclusivamente resíduos do Grupo D);
- Escolas da rede municipal, inclusive CMEIs;
- Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Centros de Acolhimento;
- Cozinhas Comunitárias;
- CEACA - Central de Abastecimento de Caruaru;
- Demais equipamentos públicos que, em razão do volume gerado, enquadrem-se como grandes geradores.

No Anexo I do Estudo Técnico Preliminar, apresenta-se o quantitativo estimado de resíduos sólidos gerados pelos órgãos e entidades enquadrados como grandes geradores de resíduos sólidos do Município de Caruaru, no qual se encontram consolidadas as informações relativas aos volumes gerados, conforme síntese a seguir:

- Dados da Educação: 1.682,40 ton/mês;
- Dados das Instituições Sociais: 81,8 ton/mês;
- Dados CEACA: 44,47 ton/mês;
- Dados Unidades e Secretarias de Saúde: 637 ton/mês.

4.4.2 Metodologia de Coleta

A coleta dos resíduos Classe II A e Grupo D deverá ser executada de forma segregada, programada e exclusiva, **não se confundindo com a coleta pública regular de resíduos domiciliares.**

A execução dos serviços deverá observar as seguintes metodologias, conforme a tipologia do equipamento e a forma de acondicionamento adotada:

a) Coleta Manual Ensacada

Consiste na coleta dos resíduos acondicionados em sacos plásticos resistentes, não transparentes, devidamente identificados, ou em recipientes padronizados, dispostos nas áreas internas dos equipamentos públicos, sendo o carregamento realizado manualmente por equipe da CONTRATADA até o veículo coletor.

b) Coleta Mecanizada

Aplicável aos locais que utilizem contêineres, contentores ou caçambas estacionárias padronizadas, onde os resíduos serão removidos por meio de dispositivo mecânico de basculamento, acoplado ao veículo coletor, garantindo segurança operacional, eficiência e mitigação de riscos ocupacionais.

4.4.3 Veículos e Equipamentos

Os serviços deverão ser executados com veículos coletores compatíveis com resíduos de grandes geradores, devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, identificados como transportadores de resíduos de grandes geradores, devendo os veículos possuir cores diversas dos veículos da coleta domiciliar regular do Município.

Para o início da execução dos serviços, a contratada poderá utilizar frota de vida útil máxima de até 05 (cinco) anos, devendo ser substituída por frota 0 KM no prazo de 180 dias contados da assinatura da OS.

No curso da execução do contrato os veículos utilizados que atingirem 5 anos de vida útil, deverão ser obrigatoriamente substituídos por veículos novos 0 KM.

4.4.4 Áreas de Execução

A coleta será realizada exclusivamente nas dependências dos equipamentos públicos geradores, não se estendendo a vias públicas, passeios ou pontos de coleta domiciliar, abrangendo unidades localizadas tanto na zona urbana quanto na zona rural do Município.

4.4.5 Especificação dos Resíduos Abrangidos

Serão objeto da coleta:

- Resíduos Classe II A são aqueles não perigosos e não inertes, ou seja, não apresentam periculosidade, porém podem sofrer alterações físicas, químicas ou biológicas quando dispostos no meio ambiente.
- Resíduos do Grupo D, equiparados aos resíduos domiciliares, gerados em unidades de saúde, desde que não infectantes, não químicos e não perfurocortantes;
- Resíduos sólidos comuns oriundos das atividades administrativas, educacionais e assistenciais dos equipamentos públicos enquadrados como grandes geradores.

4.4.6 Resíduos Não Abrangidos

Não são objeto desta contratação, não sendo de responsabilidade da CONTRATADA:

- Resíduos dos Grupos, B, C e E (infectantes, químicos, radioativos e perfurocortantes);
- Resíduos perigosos ou tóxicos;
- Resíduos de serviços de saúde que demandem tratamento específico diverso;
- Resíduos não segregados corretamente pelo gerador.

4.4.7 Obrigações de Comunicação

Caso seja identificada a apresentação de resíduos não enquadrados nas especificações acima, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à CONTRATANTE, informando: **endereço completo do gerador; tipo de resíduo identificado; quantidade estimada; data da ocorrência.**

4.4.8 Conformidade Legal e Normativa

A execução dos serviços deverá observar, de forma integral e rigorosa, as seguintes disposições legais e normativas, sem prejuízo da aplicação de outras normas pertinentes:

- Lei Municipal nº 7.372/2025, que dispõe sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no âmbito do Município de Caruaru;
- ABNT NBR 10004, que estabelece a classificação dos resíduos sólidos;
- Resolução RDC ANVISA nº 222/2018, no que couber aos resíduos enquadrados no Grupo D;
- Demais normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho vigentes, expedidas pelos órgãos competentes.

4.4.9 Frequência, Turnos e Horários

A coleta será executada em frequência compatível com a geração dos resíduos e a natureza do equipamento, podendo ser diária, alternada ou programada, sendo definida por meio de plano de trabalho, apresentado pela contratada e devidamente aprovado pelo contratante, de modo a evitar acúmulo, riscos sanitários e impactos ambientais.

4.4.10 Acondicionamento e Comunicação de Irregularidades

A CONTRATADA deverá proceder à coleta dos resíduos sólidos Classe II A e Grupo D, independentemente do tipo de recipiente utilizado pelos equipamentos públicos geradores, competindo-lhe, entretanto, informar formalmente ao órgão municipal designado, sobre as unidades geradoras que não estejam utilizando recipientes, contentores ou caçambas em conformidade com os padrões técnicos e operacionais definidos pela CONTRATANTE, para adoção das medidas administrativas cabíveis.

4.4.11 Manuseio dos Recipientes

Os agentes de coleta deverão manusear, transportar e reposicionar os recipientes, contentores ou caçambas com o devido cuidado, de modo a evitar danos aos equipamentos, derramamento de resíduos e riscos à segurança dos trabalhadores e dos usuários dos equipamentos públicos.

4.4.12 Carregamento dos Veículos

Os veículos coletores deverão ser carregados de forma adequada, garantindo que não haja transbordamento de resíduos durante a operação, deslocamento ou manobra, vedada a circulação de veículos com resíduos expostos.

4.4.13 Limpeza da Área de Coleta

Os resíduos eventualmente dispostos ou derramados nas áreas internas ou de acesso dos equipamentos públicos geradores, seja por tombamento de recipientes ou durante a operação de coleta, deverão ser integralmente recolhidos pela CONTRATADA, assegurando a manutenção das condições sanitárias e ambientais adequadas do local.

4.4.14 Composição da Equipe Operacional

A equipe mínima estimada para a execução dos serviços de coleta será composta, no mínimo, por 01 (um) motorista e 03 (três) agentes de coleta por veículo coletor, ou conforme a capacidade volumétrica do equipamento utilizado, devendo a CONTRATADA disponibilizar todas as ferramentas, utensílios e recursos necessários ao pleno desempenho das atividades, observadas as normas de segurança do trabalho.

4.4.15 Uniformização e Equipamentos de Proteção Individual

O motorista e os agentes de coleta deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e identificados, utilizando Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas aplicáveis às atividades de coleta e transporte de resíduos sólidos.

4.4.16 Roteirização e Execução da Coleta

O motorista deverá cumprir rigorosamente o roteiro de coleta previamente definido, bem como os horários estabelecidos em Plano de Trabalho apresentado aos órgãos participantes e devidamente aprovado pela secretaria envolvida, considerando as especificidades dos equipamentos públicos atendidos e a necessidade de coleta programada e segregada de resíduos de grandes geradores.

4.4.17 Pesagem e Destinação Final

Após a conclusão de cada roteiro ou viagem, os veículos coletores deverão ser pesados em balança devidamente aferida, com posterior encaminhamento dos resíduos para unidades de tratamento e destinação final ambientalmente licenciadas, observada a vedação de utilização da coleta pública regular destinada aos resíduos domiciliares comuns.

4.4.18 Atendimento às Normas de Segurança

A licitante deverá demonstrar, em sua Proposta Técnica, a solução operacional adotada para atendimento às normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas às atividades de coleta e transporte de resíduos sólidos, inclusive no que se refere à ergonomia, prevenção de acidentes e mitigação de riscos ocupacionais.

4.4.19 Critério de Medição

Os serviços serão medidos por tonelada de resíduos Classe II A e Grupo D efetivamente coletados, transportados, tratados e destinados, devidamente comprovados por meio de registros de pesagem, relatórios operacionais e documentos de destinação final.

4.4.20 Sistema de Rastreamento e Monitoramento

A CONTRATADA deverá dispor de software e/ou sistema de rastreamento veicular, com dispositivos instalados em todos os veículos utilizados na execução dos serviços, devendo disponibilizar à CONTRATANTE acesso aos dados em tempo real e em modo de reprodução (replay), com possibilidade de extração de informações históricas por período mínimo de 01 (um) ano.

4.4.21 Comprovação da Execução dos Serviços

A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação dos serviços executados, por meio de mapas e relatórios operacionais disponibilizados em formato eletrônico acessível, gerados por softwares de tratamento e manipulação de dados GNSS, com extensões .gtm, .gpx e/ou .kml, contendo informações de rotas, horários, pontos de coleta e destinação final.

4.5 Do tratamento e destinação final

4.5.1 Execução dos Serviços

A CONTRATADA deverá executar integralmente os serviços de tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos Classe II A – Não Inertes e do Grupo D, oriundos dos grandes geradores vinculados à Administração Pública Municipal, em conformidade com a legislação ambiental, sanitária e administrativa vigente.

4.5.2 Estrutura Licenciada

A CONTRATADA deverá encaminhar os resíduos coletados a unidade de tratamento e destinação final devidamente licenciada, localizada no Município de Caruaru ou em município autorizado pelo órgão ambiental competente, apta a receber, tratar e dispor resíduos Classe II A – Não Inertes e resíduos do Grupo D, com Licença de Operação válida emitida pelo órgão ambiental competente.

4.5.3 Recebimento e Tratamento dos Resíduos

A CONTRATADA deverá assegurar o correto, tratamento e destinação final das seguintes tipologias de resíduos:

- a) Resíduos Classe II A – Não Inertes, com manejo, compactação, espalhamento e cobertura conforme normas técnicas e ambientais aplicáveis;
- b) Resíduos do Grupo D, equiparados aos resíduos domiciliares comuns, provenientes de unidades de saúde, educação e assistência social, desde que corretamente segregados e não contaminados por resíduos infectantes, químicos, radioativos ou perfurocortantes.

4.5.4 Capacidade e Continuidade Operacional

- a) A contratada deverá dispor os resíduos em aterro com capacidade operacional para receber diariamente a totalidade dos resíduos Classe II A e do Grupo D encaminhados pelos grandes geradores da Administração Pública Municipal, considerando variações sazonais e aumento eventual de volume;
- b) Garantir a disposição dos resíduos de forma contínua e ininterrupta, inclusive aos finais de semana, feriados e em condições climáticas adversas, evitando acúmulo de resíduos nos equipamentos públicos;
- c) Mobilizar recursos humanos, equipamentos e infraestrutura suficientes para manter fluxo regular de descarregamento, sem formação de filas, atrasos ou interrupções.

4.5.5 Conformidade Técnica e Ambiental

A CONTRATADA deverá utilizar métodos, processos e tecnologias em conformidade com:

- ABNT NBR 10004 e normas correlatas;

- RDC ANVISA nº 222/2018, no que couber ao Grupo D;
- legislação ambiental vigente;
- diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

4.5.6 Relatórios Operacionais

A CONTRATADA deverá apresentar ao Município relatórios mensais, contendo, no mínimo:

- quantitativo de resíduos recebidos, discriminados por classe (Classe II A e Grupo D);
- descrição das etapas de tratamento adotadas;
- comprovação da destinação final ambientalmente adequada;
- registros de pesagem e identificação da origem dos resíduos.

4.5.7 Atendimento às Determinações do Município

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as orientações, normas técnicas e determinações do órgão responsável pela fiscalização, acompanhamento e planejamento das ações relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos oriundos dos grandes geradores.

4.5.8 Regularidade e Segurança Jurídica

a) Destinar o resíduo em aterro que mantenha todas as licenças ambientais válidas e atualizadas durante toda a vigência contratual;

b) Manter atualizados, no mínimo:

- Licença de Operação – LO;
- autorizações específicas para recebimento, tratamento e destinação final de resíduos Classe II A e Grupo D;
- certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias exigidas em lei;

c) Comunicar imediatamente à Administração qualquer alteração, suspensão ou restrição das licenças ou condicionantes ambientais.

5. ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

5.1 As atividades a serem desenvolvidas tratam da prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sendo, inclusive, essencial ao município de Caruaru/PE.

5.1.1 Caracterização dos Resíduos e dos Geradores

Os serviços objeto desta contratação compreendem a **coleta, transporte, tratamento e destinação final** ambientalmente adequada dos resíduos sólidos classificados como Classe II A e Grupo D, nos termos da ABNT NBR 10004, RDC ANVISA nº 222/2018 e demais normas aplicáveis, oriundos de grandes geradores vinculados à Administração Pública Municipal.

Enquadram-se como geradores os seguintes equipamentos públicos, dentre outros de natureza similar que atendam grande fluxo de usuários, localizados nas zonas urbana e rural do Município:

- Hospitais municipais;
- Unidades de Pronto Atendimento – UPAs;
- Unidades Básicas de Saúde – UBS (exclusivamente resíduos do Grupo D);
- Escolas da rede municipal, inclusive CMEIs;
- Centros de Referência de Assistência Social – CRAS;
- Centros de Acolhimento;
- Cozinhas Comunitárias;
- CEACA - Central de Abastecimento de Caruaru;
- Demais equipamentos públicos que, em razão do volume gerado, enquadrem-se como grandes geradores.

5.1.2 *Metodologia de Coleta*

A coleta dos resíduos Classe II A e Grupo D deverá ser executada de forma segregada, programada e exclusiva, **não se confundindo com a coleta pública regular de resíduos domiciliares** de forma de acondicionamento adotada:

a) **Coleta Manual Ensacada**

Consiste na coleta dos resíduos acondicionados em sacos plásticos resistentes, não transparentes, devidamente identificados, ou em recipientes padronizados, dispostos nas áreas internas dos equipamentos públicos, sendo o carregamento realizado manualmente por equipe da CONTRATADA até o veículo coletor.

b) **Coleta Mecanizada**

Aplicável aos locais que utilizem contêineres, contentores ou caçambas estacionárias padronizadas, onde os resíduos serão removidos por meio de dispositivo mecânico de basculamento, acoplado ao veículo coletor, garantindo segurança operacional, eficiência e mitigação de riscos ocupacionais.

5.1.3 *Veículos e Equipamentos*

Os serviços deverão ser executados com veículos coletores compatíveis com resíduos de grandes geradores, devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes, identificados como transportadores de resíduos de grandes geradores, devendo os veículos possuir cores diversas dos veículos da coleta domiciliar regular do Município.

Os veículos destinados à execução dos serviços deverão possuir vida útil máxima de até 05 (cinco) anos, cabendo à empresa contratada proceder à substituição daqueles que atingirem esse limite.

5.1.4 *Frequência, Turnos e Horários*

A coleta será executada em frequência compatível com a geração dos resíduos e a natureza do equipamento, podendo ser diária, alternada ou programada, sendo definida por meio de plano de trabalho, apresentado pela contratada e devidamente aprovado pelo contratante, de modo a evitar acúmulo, riscos sanitários e impactos ambientais.

5.1.5 *Manuseio dos Recipientes*

Os agentes de coleta deverão manusear, transportar e reposicionar os recipientes, contentores ou caçambas com o devido cuidado, de modo a evitar danos aos equipamentos, derramamento de resíduos e riscos à segurança dos trabalhadores e dos usuários dos equipamentos públicos.

5.1.6 *Carregamento dos Veículos*

Os veículos coletores deverão ser carregados de forma adequada, garantindo que não haja transbordamento de resíduos durante a operação, deslocamento ou manobra, vedada a circulação de veículos com resíduos expostos.

5.1.7 *Limpeza da Área de Coleta*

Os resíduos eventualmente dispostos ou derramados nas áreas internas ou de acesso dos equipamentos públicos geradores, seja por tombamento de recipientes ou durante a operação de coleta, deverão ser

integralmente recolhidos pela CONTRATADA, assegurando a manutenção das condições sanitárias e ambientais adequadas do local.

5.1.8 Composição da Equipe Operacional

A equipe mínima estimada para a execução dos serviços de coleta será composta, no mínimo, por 01 (um) motorista e 03 (três) agentes de coleta por veículo coletor, ou conforme a capacidade volumétrica do equipamento utilizado, devendo a CONTRATADA disponibilizar todas as ferramentas, utensílios e recursos necessários ao pleno desempenho das atividades, observadas as normas de segurança do trabalho.

5.1.9 Uniformização e Equipamentos de Proteção Individual

O motorista e os agentes de coleta deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e identificados, utilizando Equipamentos de Proteção Individual – EPIs adequados, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, especialmente aquelas aplicáveis às atividades de coleta e transporte de resíduos sólidos.

5.1.10 Roteirização e Execução da Coleta

O motorista deverá cumprir rigorosamente o roteiro de coleta previamente definido, bem como os horários estabelecidos em Plano de Trabalho apresentado aos órgãos participantes e devidamente aprovado pela secretaria envolvida, considerando as especificidades dos equipamentos públicos atendidos e a necessidade de coleta programada e segregada de resíduos de grandes geradores.

5.1.11 Pesagem e Destinação Final

Após a conclusão de cada roteiro ou viagem, os veículos coletores deverão ser pesados em balança devidamente aferida, com posterior encaminhamento dos resíduos para unidades de tratamento e destinação final ambientalmente licenciadas, observada a vedação de utilização da coleta pública regular destinada aos resíduos domiciliares comuns.

5.1.12 Atendimento às Normas de Segurança

A licitante deverá demonstrar, em sua Proposta Técnica, a solução operacional adotada para atendimento às normas de segurança e saúde no trabalho aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas às atividades de coleta e transporte de resíduos sólidos, inclusive no que se refere à ergonomia, prevenção de acidentes e mitigação de riscos ocupacionais.

5.1.13 Critério de Medição

Os serviços serão medidos por tonelada de resíduos Classe II A e Grupo D efetivamente coletados, transportados, tratados e destinados, devidamente comprovados por meio de registros de pesagem, relatórios operacionais e documentos de destinação final.

*Critério de medição: este serviço será medido por toneladas de resíduos sólidos domiciliares coletados.

5.1.14 Sistema de Rastreamento e Monitoramento

A CONTRATADA deverá dispor de software e/ou sistema de rastreamento veicular, com dispositivos instalados em todos os veículos utilizados na execução dos serviços, devendo disponibilizar à CONTRATANTE acesso aos dados em tempo real e em modo de reprodução (replay), com possibilidade de extração de informações históricas por período mínimo de 01 (um) ano.

5.1.15 *Comprovação da Execução dos Serviços*

A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente ou sempre que solicitado pela CONTRATANTE, comprovação dos serviços executados, por meio de mapas e relatórios operacionais disponibilizados em formato eletrônico acessível, gerados por softwares de tratamento e manipulação de dados GNSS, com extensões .gtm, .gpx e/ou .kml, contendo informações de rotas, horários, pontos de coleta e destinação final.

Recebimento e Tratamento dos Resíduos

A CONTRATADA deverá assegurar o correto, tratamento e destinação final das seguintes tipologias de resíduos:

- a) Resíduos Classe II A – Não Inertes, com manejo, compactação, espalhamento e cobertura conforme normas técnicas e ambientais aplicáveis;
- b) Resíduos do Grupo D, equiparados aos resíduos domiciliares comuns, provenientes de unidades de saúde, educação e assistência social, desde que corretamente segregados e não contaminados por resíduos infectantes, químicos, radioativos ou perfurocortantes.

5.1.16 *Capacidade e Continuidade Operacional*

- a) A contratada deverá dispor os resíduos em aterro com capacidade operacional para receber diariamente a totalidade dos resíduos Classe II A e do Grupo D encaminhados pelos grandes geradores da Administração Pública Municipal, considerando variações sazonais e aumento eventual de volume;
- b) Garantir a disposição dos resíduos de forma contínua e ininterrupta, inclusive aos finais de semana, feriados e em condições climáticas adversas, evitando acúmulo de resíduos nos equipamentos públicos;
- c) Mobilizar recursos humanos, equipamentos e infraestrutura suficientes para manter fluxo regular de descarregamento, sem formação de filas, atrasos ou interrupções.

5.1.17 *Conformidade Técnica e Ambiental*

A CONTRATADA deverá utilizar métodos, processos e tecnologias em conformidade com:

- ABNT NBR 10004 e normas correlatas;
- RDC ANVISA nº 222/2018, no que couber ao Grupo D;
- legislação ambiental vigente;
- diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS.

5.1.18 *Relatórios Operacionais*

A CONTRATADA deverá apresentar ao Município relatórios mensais, contendo, no mínimo:

- quantitativo de resíduos recebidos, discriminados por classe (Classe II A e Grupo D);
- descrição das etapas de tratamento adotadas;
- comprovação da destinação final ambientalmente adequada;
- registros de pesagem e identificação da origem dos resíduos.

5.1.19 *Atendimento às Determinações do Município*

A CONTRATADA deverá cumprir integralmente as orientações, normas técnicas e determinações do órgão responsável pela fiscalização, acompanhamento e planejamento das ações relacionadas ao manejo dos resíduos sólidos oriundos dos grandes geradores.

5.1.20 *Regularidade e Segurança Jurídica*

- a) Destinar o resíduo em aterro que mantenha todas as licenças ambientais válidas e atualizadas durante toda a vigência contratual;
- b) Manter atualizados, no mínimo:
- Licença de Operação – LO;
 - autorizações específicas para recebimento, tratamento e destinação final de resíduos Classe II A e Grupo D;
 - certidões fiscais, trabalhistas e previdenciárias exigidas em lei;
- c) Comunicar imediatamente à Administração qualquer alteração, suspensão ou restrição das licenças ou condicionantes ambientais.

6. MÃO DE OBRA

6.1 A mão de obra envolvida compreenderá, agentes de coleta e operadores de veículos, profissionais devidamente capacitados para a execução das atividades operacionais inerentes ao objeto, em observância às normas de segurança do trabalho, saúde ocupacional e às boas práticas aplicáveis ao manejo de resíduos sólidos.

6.1.2 A equipe estimada para a execução da coleta de lixo domiciliar, é composta de: 1(um) motorista e 3 (três) agentes de coleta para compactadores de capacidade volumétrica de 15 m³, bem como todas as ferramentas de trabalho necessárias ao bom desempenho das funções.

6.1.3 O motorista e os agentes de coleta deverão apresentar-se ao trabalho devidamente uniformizados e munidos de todos os equipamentos necessários, inclusive EPT'S.

6.1.4 O motorista deverá seguir rigorosamente o roteiro de coleta, no horário previsto na Proposta Técnica e, posteriormente, no Plano Executivo Definitivo.

6.1.5 Após o final de cada roteiro (viagem), o veículo deverá ser pesado e encaminhado ao destino final, local ambientalmente correto para o descarte.

6.1.6 A Licitante deverá demonstrar, na sua Proposta Técnica, a solução ofertada para atendimento à NR-38.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, INCLUINDO SUAS CONDIÇÕES, LOCAL DE EXECUÇÃO

7.1. A execução do objeto dar-se-á pela prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, classificados como Classe II A e Grupo D, gerados pelos grandes geradores da Administração Pública Municipal direta e indireta, conforme as especificações técnicas, rotinas operacionais, frequências mínimas e condições estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

7.2. Os serviços deverão ser executados de forma regular, contínua e ininterrupta em todas as unidades e equipamentos públicos abrangidos pela contratação, sob a gestão e fiscalização dos respectivos órgãos demandantes, por meio de gestores e fiscais de contrato formalmente designados, observada a coordenação administrativa do órgão gestor da contratação, quando aplicável.

7.3. A Administração solicitará à empresa adjudicatária a execução dos serviços para os eventos ou acontecimentos previamente especificados, fornecendo todas as informações e orientações necessárias à realização adequada das atividades.

7.4. Os serviços serão prestados nos locais definidos pelo contratante, mediante emissão de Ordem de Serviço.

7.5. O objeto desta contratação deverá ser executado **PARCELADAMENTE**, de acordo com as ordens de serviço emitidas pelo órgão contratante, por conta, risco e expensas da empresa licitante vencedora, respeitando os quantitativos e prazos estabelecidos pelo cronograma físico-financeiro e conforme as necessidades da Administração.

7.6. Os empregados designados pela Contratada para realizar os serviços deverão comunicar à secretaria/órgão demandante, sempre que se depararem com situações ou fatos que prejudiquem ou possam vir a prejudicar a execução dos serviços.

7.7. O objeto deste Termo de Referência será recebido da seguinte forma:

a) Provisoriamente – No ato da execução dos serviços, por servidor designado pelo Município, para conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta e do Contrato. Não havendo qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.

b) Definitivamente – Em até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura, após a comprovação da adequação dos serviços aos termos do Edital, da proposta e do Contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

7.8. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

7.9. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da contratada por vício do produto/serviço, mesmo expirado o prazo de garantia contratual.

7.10. A Contratada ficará obrigada a refazer quaisquer serviços que sejam recusados por não atenderem às especificações exigidas, sem que isso acarrete qualquer ônus ao Município de Caruaru, nem implique renúncia às sanções previstas na legislação vigente ou neste Termo de Referência.

7.11. O recebimento, provisório ou definitivo do objeto, não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.12. Os serviços serão prestados conforme demanda, mediante emissão de ordens de serviço pela área técnica da Secretaria demandante, cabendo à Contratada atender às solicitações tempestivamente e dentro dos prazos estabelecidos, garantindo a entrega dos serviços nas quantidades e condições acordadas.

7.13. Os serviços serão prestados, preferencialmente, em dias e horários de baixa circulação de pessoas, a ser acordado com a área requisitante.

7.15. A Contratada deverá apresentar-se ao local de prestação do serviço com todos os equipamentos necessários para a realização do serviço, inclusive no que tange à mão de obra especializada e seus respectivos equipamentos de proteção individual.

7.16. A Contratada deverá adotar todas as medidas preventivas necessárias para preservar o patrimônio público e privado, proteger o meio ambiente e garantir a segurança de seus colaboradores e demais pessoas envolvidas durante a execução do objeto licitado, **sendo exclusivamente responsável por reparar quaisquer prejuízos que venha a causar, independentemente das medidas preventivas adotadas.**

7.17. Dentro do valor orçado e apresentado na proposta deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, incluindo despesas com materiais, equipamentos, mão de obra, coleta, transporte, seguros em geral, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais (municipais, estaduais e federais), equipamentos de proteção individual, dentre outros custos inerentes à contratação e execução deste objeto licitatório.

7.18. A composição de cada item prevê um índice de produtividade que, na prática, pode variar. Eventuais ajustes na composição só poderão ser realizados mediante acordo formal entre a fiscalização e a CONTRATADA, de modo a garantir que o planejamento se adeque à realidade do serviço.

7.19. A Ordem de Serviço (OS) servirá como autorização expressa para o cumprimento dos serviços descritos. Cabe à CONTRATADA, no entanto, consultar a CONTRATANTE quanto a qualquer ocorrência no cumprimento dos serviços, assim como contribuir para minimizar os impactos ao patrimônio da CONTRATANTE.

7.20. A descrição da demanda especificada na OS poderá sofrer alterações, correções ou suplementações necessárias à prestação dos serviços, sempre a critério da CONTRATANTE. Alterações que impliquem modificação de valor ou prazo contratual somente serão válidas mediante aditivo formal.

7.21. A CONTRATADA é responsável por informar à CONTRATANTE, em relatório técnico mensal, todos os serviços realizados, indicando os quantitativos, datas, unidades de serviço executadas e demais informações necessárias para comprovação do cumprimento do contrato e para fins de medição e pagamento.

7.22. VISITA TÉCNICA

7.22.1. A visita técnica ao local de execução dos serviços será facultativa, podendo a licitante optar por renunciar a ela mediante apresentação da declaração de inexistência de visita técnica, conforme modelo constante no Anexo VI deste Termo de Referência.

7.22.2. A renúncia à visita técnica implica o pleno conhecimento por parte da licitante das condições e peculiaridades do local e da natureza dos serviços a serem executados, assumindo total responsabilidade pelas informações constantes na proposta apresentada.

7.22.3. A ausência de visita técnica não será admitida como motivo para revisão técnica ou financeira da proposta após a assinatura do contrato.

8. PRAZO DE VIGÊNCIA

8.1. A vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do instrumento contratual, quando passarão a ser exigíveis todas as obrigações pactuadas, podendo ser prorrogado nos casos legalmente previstos nos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

8.2. O prazo de execução do serviço será **de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de emissão/assinatura da **ORDEM DE SERVIÇO**, com itens distribuídos conforme Cronograma Físico-Financeiro.

8.3. As disposições contratuais, incluídos os prazos e condições para a execução do contrato, serão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

9. VALOR REFERENCIAL DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado para contratação dos serviços está expresso na Planilha Orçamentária, parte integrante do presente Termo de Referência.

9.2. O valor estimado constitui mera previsão dimensionada, não obrigando o Município a utilizá-lo integralmente. A Contratada não terá direito a pleitear qualquer reparação caso parte da verba não seja utilizada, reservando-se ao Município a prerrogativa de empregar os recursos conforme suas necessidades.

9.3. Os valores unitários estabelecidos na Planilha Orçamentária são considerados de referência para julgamento das propostas, de modo que não serão aceitos valores unitários superiores aos indicados na Planilha.

9.4. O custo total previsto para a presente contratação é **R\$ 11.263.190,79 (Onze milhões, duzentos e sessenta e três mil, cento e noventa reais, e setenta e nove centavos)**, conforme detalhamento na Planilha Orçamentária anexada ao ETP - Estudo Técnico Preliminar. Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada.

9.5. No valor estimado estão inclusos todos os custos relacionados à execução dos serviços, tais como: equipamentos, materiais, ferramentas, mão de obra, despesas administrativas e de escritório, tributos e taxas incidentes, direta ou indiretamente, sobre o objeto da licitação, conforme legislação vigente à época da contratação.

9.6. Todos os custos relacionados à execução dos serviços, incluindo transporte de equipamentos, deslocamento de pessoal, materiais, ferramentas e demais insumos necessários à adequada execução do objeto, são de responsabilidade exclusiva da Contratada e devem estar integralmente contemplados na

proposta apresentada. É vedada qualquer solicitação posterior de ressarcimento ou custo adicional ao Município de Caruaru.

10. FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE, REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E MEDIÇÕES

10.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada.

10.2. A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada no setor contábil, da respectiva secretaria demandante, com endereço designado no contrato ou no instrumento legal que o substitua;

10.3. Os pagamentos serão realizados em correspondência com os produtos efetivamente entregues no mês anterior ao do pagamento.

10.4. Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar:

a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF – comprovando regularidade com o FGTS;

b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional, comprovando inclusive regularidade com o INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT – expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;

d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da adjudicatária.

10.5. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

10.6. A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselha o pagamento, será devolvida à contratada, para correção e nesse caso o prazo será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

10.7. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

10.8. A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

10.9. REAJUSTE

10.9.1. O contrato somente será reajustado após 12 (doze) meses da data base do orçamento de referência, de acordo com a variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), fornecido pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, nos termos da Lei 14.133/2021, da Lei Estadual nº 17.555/2021 e do Decreto nº 52.153, de 17 de janeiro de 2022.

10.9.2. Na hipótese de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, não incidirá reajuste sobre o período correspondente.

10.9.3. Enquanto não divulgado o índice correspondente do mês de aniversário da proposta, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo a correção de cálculo quando publicado o índice correto.

10.9.4. O reajustamento será precedido de requerimento formal da contratada, protocolado durante a vigência contratual e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão do direito, com observância à anualidade. O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pelo CONTRATANTE no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pela CONTRATADA

10.9.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.9.6. A prorrogação do prazo de vigência contratual por culpa exclusiva da contratada não dará ensejo a reajustamento de preços incidente no período.

10.9.7. O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes.

10.9.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.9.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.10. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO

10.10.1. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, do artigo 134 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

10.10.2. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência do fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso aprovada, deverá ser formalizada por meio de aditamento ao contrato.

10.10.3. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação.

10.10.4. O CONTRATANTE terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.10.5. Qualquer revisão de preços registrada será formalizada mediante termo aditivo à Ata/Contrato, podendo ser solicitada nova planilha de composição de custos e formação de preço, quando necessário.

10.10.6. Durante o período de análise do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração Pública poderá suspender novas autorizações de fornecimento ou adesão à Ata, mediante solicitação da fornecedora.

10.11. MEDIÇÕES

10.11.1. As medições serão realizadas considerando **a extensão, a área ou os quantitativos de cada serviço efetivamente executado**, com base nos relatórios técnicos mensais e registros de acompanhamento fornecidos pela CONTRATADA.

10.11.2. A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE, mensalmente, **relatórios técnicos detalhados**, contendo os serviços executados, áreas ou quantidades efetivamente atendidas e demais informações necessárias para acompanhamento do cumprimento do contrato, conforme as especificações dos serviços contidas no item 5 deste Termo de Referência.

11. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

11.1. Durante a vigência do contrato, a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelos órgãos e entidades demandantes, por intermédio de gestores e fiscais de contrato formalmente designados por cada órgão, no âmbito de suas respectivas unidades geradoras de resíduos, conforme indicado abaixo, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis:

Órgão/Entidade	Gestor, Fiscal e Suplentes
Central de Abastecimento de Caruaru – CEACA	Gestor Titular: Hugo José Gomes da Rocha - Matrícula 487; Gestor Suplente: Cleber Gabriel Torres - Matrícula 507; Fiscal Titular: Paulo André de Figueredo Torres - Matrícula 481; Fiscal Suplente: Ederson Stefano da Silva - Matrícula 495;
Secretaria Municipal de Saúde - SMS	Gestor Titular: Mickael Franklin de Araujo Matrícula nº 56.022-1 Gestor Suplente: Alanna Maria do Nascimento Bezerra Matrícula nº 55.980-8 Fiscal Titular: Andressa Myllena Arruda de Sousa Matrícula nº 53.699-1 Fiscal Suplente: Juscelino Lourenço de Macena Matrícula nº 56.011-0
Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome - SAS	Gestor Titular: Paulo Augusto Santos Silva - Matrícula 55.998-8 Gestora Suplente: Isley Keity Marinho Cavalcanti - Matrícula 55.999-8 Fiscal Titular: Mônica Vanessa Pinto de Araújo Carvalho - Matrícula 56.001-7 Fiscal Suplente: Ligivânia dos Santos - Matrícula 55.001-3
Secretaria de Educação e Esportes - SEDUC	Gestor Titular: Mickael Franklin de Araujo - Matrícula nº 56.022-1 Fiscal Titular: Andressa Myllena Arruda de Sousa - Matrícula nº 53.699-1 Gestor Suplente: Alanna Maria do Nascimento Bezerra - Matrícula nº 55.980-8 Fiscal Suplente: Jonatan Lima Sabino de Oliveira - Matrícula nº 56.206-3

11.2. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão acompanhados pelos órgãos e entidades demandantes, que atuarão diretamente com a CONTRATADA por meio de seus respectivos gestores e fiscais de contrato, inclusive com acompanhamento em campo, quando aplicável. As decisões administrativas, a documentação técnica e as medições relativas à execução dos serviços deverão ser analisadas e homologadas pelo responsável técnico designado por cada órgão, observadas as diretrizes gerais e a coordenação administrativa do órgão responsável pela condução do processo de contratação, quando cabível.

11.3. A comunicação entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, relativa ao desenvolvimento dos trabalhos, far-se-á por escrito, por meio de correio eletrônico institucional, Atas, Ofícios, Pareceres, Relatórios e Termos de Aprovação;

11.4. A aprovação dos serviços pela **CONTRATANTE** não eximirá a **CONTRATADA** de suas responsabilidades ao longo de toda a sua execução, incluindo a sua responsabilidade prevista no Código Civil Brasileiro;

11.5. Esses elementos terão como objetivos principais o cumprimento e a qualidade do serviço executado. O controle em relação à eficiência e qualidade dos serviços executados será rigoroso a fim de incrementar a acurácia entre os serviços efetivamente executados e a medição a incluir no boletim mensal;

11.6. O **CONTRATO** deverá ser fielmente executado pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais, bem como as normas constantes nas Especificações Técnicas do Termo de Referência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

11.7. A fiscalização será exercida no interesse da **CONTRATANTE** e não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos;

11.8. Os serviços rejeitados e que não tenham sido objeto de correção no prazo assinalado no item 7.7 deste Termo não serão objeto de medição e consequente pagamento;

11.9. A **CONTRATANTE** se reserva o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com o **CONTRATO**. Além disto, a **CONTRATANTE** se reserva ao direito de contratar empresa especializada em gerenciamento dos serviços de coleta e limpeza pública, a fim de apoiar a fiscalização das atividades;

11.10. A atuação da fiscalização em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne aos serviços contratados, à sua execução e as consequências e implicações, próximas ou remotas, perante o Município ou terceiros. A ocorrência de eventuais irregularidades na execução dos serviços contratados não implica em corresponsabilidade da **CONTRATANTE**.

11.11. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo I do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 117, da Lei nº 14 1333 de 2021.

11.12. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais do Contrato se encontram, pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 18 do Decreto nº 075, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

11.13. Para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, os Gestores e Fiscais deverão registrar todas as ocorrências relacionadas à execução, adotando as medidas necessárias para a regularização de falhas ou defeitos observados.

12. DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA¹

¹ Os critérios de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, têm como objetivo comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução satisfatória do objeto da contratação. De acordo com as orientações do TCU,

12.1.1. Para fins de qualificação técnica, a licitante deverá apresentar documentos abaixo listados, que comprovem aptidão para a execução do objeto da contratação, conforme os critérios estabelecidos, de modo a demonstrar sua capacidade técnica para o cumprimento das obrigações contratuais, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021:

a) Certidão de Registro ou inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), da região da sede ou domicílio da licitante, em plena validade.

a) Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência relativa ao registro ou inscrição na entidade profissional competente no Brasil, quando for o caso, por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a respectiva entidade profissional.

a) No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA ou no CAU do Estado de Pernambuco, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional quando da assinatura do contrato.

b) Capacidade Técnico-Operacional: comprovação de aptidão da licitante, pela execução de serviços compatíveis em características e prazos com o objeto da licitação, através de atestado(s) em nome da empresa, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, demonstrando a aptidão da licitante para desempenho das seguintes atividades consideradas de elevada relevância técnica e valor significativo:

a) Execução de serviço com caminhão basculante para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, CLASSE II A E GRUPO D, na quantidade mínima de 1.222,84 toneladas/mês, correspondendo a 50% do somatório do presente objeto;

A seguir quadro com os quantitativos necessários para qualificação técnica das empresas:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	QUANTITATIVO MÍNIMO EXIGIDO (TON/MÊS)
1.	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos CLASSE II A E GRUPO D.	1.222,84

esses critérios referem-se a aspectos específicos do licitante e não devem ser confundidos com os critérios técnicos de aceitabilidade da proposta, que estão relacionados diretamente ao objeto da contratação. Desse modo, as exigências relativas à qualificação técnica são estabelecidas em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que asseguram a isonomia, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência na contratação pública. A definição desses critérios considerou a necessidade de garantir a execução adequada do objeto, evitando restrições desproporcionais que possam limitar indevidamente a participação de potenciais interessados no certame, respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a complexidade do objeto. Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021” preceitua: “Quanto maior a complexidade, quanto mais problemática a execução da prestação, quanto mais essenciais as necessidades a serem atendidas, tanto mais severos serão os requisitos de habilitação. Quanto menor a dificuldade na execução da prestação, quanto mais difundidas as técnicas necessárias para executar adequadamente o objeto, tanto menores serão os requisitos de habilitação. Ressalte-se que o próprio elenco das circunstâncias relevantes para a determinação dos requisitos de habilitação é variável em cada caso. (Justen Filho, Marçal - Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021 - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 777). Dessa forma, ao estabelecer os requisitos de habilitação previstos, a Administração Municipal assegura a eficiência da contratação, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de competitividade mercadológica estabelecidas pela legislação vigente.

Regras Complementares:

1. Será admitido o somatório de quantitativos apurados em atestados distintos, desde que os serviços tenham sido executados no mesmo período.
2. Para fins de comprovação de capacidade técnica para etapa de destinação final, será admitida a apresentação de proposta de contratação futura com aterro devidamente licenciado.
3. Não serão aceitos atestados emitidos pela própria licitante ou que não se originem de contratação formal.
4. Os atestados devem conter explicitamente todos os dados necessários à comprovação das características e quantitativos dos serviços, incluindo datas de início e término.
5. Documentos comprobatórios devem ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico Operacional (CAO) emitidas pelo CREA, conforme Resolução nº 1137/2023 do CONFEA.
6. Quando a CAO não estiver disponível, no Estado da licitante será admitida, excepcionalmente, a Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida em nome do profissional responsável, desde que acompanhada do registro do respectivo atestado de responsabilidade técnica.
7. Serviços prestados devem estar dentro da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente.

c) Capacidade Técnico-Profissional: a licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro, na data de apresentação da licitação, profissionais de nível superior, ou outro(s), devidamente registrado(s) no CREA ou CAU, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica pela execução de serviços com características semelhantes ao objeto do presente certame, devidamente acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico (CAT) expedida pelo CREA e/ou CAU, dos serviços a seguir discriminados:

- a) Execução de serviço com caminhão basculante para coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos;
- b) Execução de serviço Tratamento e destinação final de resíduos CLASSE II A E GRUPO D.

12.1.2. A comprovação do vínculo do profissional detentor do atestado técnico poderá ser feita pelas seguintes formas:

- a) No caso de empregado da licitante: mediante apresentação de cópias autenticadas do Contrato de Trabalho, das anotações da CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social, nos termos da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho e do Decreto nº 61.799/67, ou da Ficha de Registro de Empregado.
- b) No caso de proprietário, sócio ou dirigente: mediante apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente.
- c) No caso de profissional(is) autônomo(s): mediante apresentação de cópia do(s) contrato(s) de prestação de serviços, celebrado de acordo com a legislação civil comum e, caso o dito contrato ainda não tenha sido firmado, por meio de compromisso formal de futura contratação do profissional indicado, caso a licitante se sagre vencedora do certame.

12.1.3. A comprovação da aptidão será feita através de Atestado de Capacidade Técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente visado no CREA ou CAU.

12.1.4. O(s) atestado(s) deverá (ão) conter, explicitamente, todos os dados necessários à comprovação das características dos serviços executados, além das datas de início e término dos serviços;

12.1.5. Apresentar declaração de visita técnica, tomando ciência das áreas que serão utilizadas para prestação dos serviços. Os licitantes que não vistoriar os locais da deverão apresentar Declaração de Inexistência de Visita Técnica assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato.

12.1.6. Apresentar Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações contidas no edital e em seus anexos de que realizou “in loco” visita técnica, tomando ciência do local e demais condições da prestação dos serviços. Esta visita “in loco” deverá ser feita em dia útil, a partir da publicação do edital, no horário das 8 (oito) às 12 (doze) horas, até o dia anterior à data da abertura do certame por representante do licitante. A empresa deverá apresentar no ato da entrega da documentação de habilitação.

12.1.7. Não desejando realizar a visita “in loco”, deverá o licitante firmar declaração de que tem conhecimento das condições físicas e ambiente tecnológico dos locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, assumindo a responsabilidade por eventuais constatações posteriores que poderiam ter sido verificadas caso tivesse realizado a visita técnica (ANEXO VI).

12.1.8. A declaração da LICITANTE, em sua proposta comercial, de que conhece as condições locais para a execução do objeto supre a necessidade de visita técnica.

12.1.9. A documentação apresentada será analisada por **equipe técnica composta por representantes dos órgãos e entidades demandantes, com o apoio técnico da Secretaria de Serviços Públicos**, nos termos estabelecidos neste Termo de Referência e no edital.

12.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

12.7.1 Certidão negativa de falência, de recuperação judicial e/ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

12.7.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

12.7.3. As empresas criadas no exercício financeiro deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

12.7.4. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.7.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.3. FUNDAMENTAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO

12.3.1. Todos os requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência são detalhadamente justificados no **item 5.5 do Estudo Técnico Preliminar** que o subsidia. Essa vinculação assegura que cada exigência seja proporcional, razoável e adequada à complexidade do objeto, garantindo a eficiência da contratação e fornecendo respaldo técnico e legal à definição dos critérios de habilitação adotados.

13. DA VEDAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO

13.1. É vedada a participação de pessoas físicas na presente licitação, uma vez que há necessidade de apresentação de requisitos específicos sendo incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física.

14. DA PROPOSTA DE PREÇOS

14.1. Será vencedora desta licitação a empresa que ofertar o **menor preço global**, desde que atenda a todas as especificações definidas neste instrumento e seus anexos.

14.2. A licitante deverá apresentar Cronograma físico-financeiro, dentro do prazo fixado para a execução da obra/serviço, indicando os valores e prazos mensais e totais, em reais e percentuais, para cada item.

14.3. A proposta de preços deverá incluir as seguintes planilhas:

- **Planilha de Composição dos Encargos Sociais**, considerando mensalistas e horistas;
- **Planilha de Composição de Preços Unitários**, detalhando os custos de cada serviço;
- **Planilha de Composição da Bonificação e Despesas Indiretas (BDI)**, indicando o percentual incidente sobre o custo dos serviços, observando que o percentual de ISS deverá ser compatível com o município em que os serviços serão prestados.

14.4. Os preços unitários prevalecerão sobre o preço total em caso de divergência, devendo ser corrigidos os valores finais para refletir o valor aritmeticamente correto do preço global.

14.5. Na hipótese de serviços idênticos com valores diversos na planilha da licitante, sem justificativa técnica, será considerado o menor valor.

14.6. A proposta deverá ser enviada por meio eletrônico, no prazo previsto no edital, incluindo todos os anexos e planilhas, em arquivo editável.

14.7. Os salários utilizados nos cálculos não poderão ser inferiores aos estabelecidos em convenções coletivas ou acordos trabalhistas, e os encargos sociais, complementares e tributários deverão estar de acordo com a legislação vigente.

14.8. A licitante que apresentar o menor preço global e atender a todos os requisitos do edital e seus anexos deverá fornecer as composições detalhadas de preços unitários para todos os serviços discriminados na planilha orçamentária, incluindo insumos básicos, mão de obra, materiais, equipamentos, seguros, taxas e encargos de qualquer natureza, para fins de homologação do certame.

14.9. Os valores unitários deverão ser informados com duas casas decimais e utilizar a ferramenta “TRUNCAR” nas colunas de valor unitário com BDI e valor total.

14.10. Serão desclassificadas as propostas que:

- Apresentarem preços unitários, totais ou global superiores aos estimados pela CONTRATANTE;
- Apresentarem composição de BDI e/ou Encargos Sociais superiores aos valores apresentados pela CONTRATANTE.

14.11. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, **180 (cento e oitenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

15.1. Promover o recebimento do objeto contratual nos prazos estipulados, sem que tal ato exonere a CONTRATADA de suas responsabilidades civis, administrativas, tributárias, trabalhistas e penais;

15.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme as condições e prazos estabelecidos neste instrumento, mediante a devida conferência e aprovação dos serviços prestados;

15.3. Garantir o acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências da CONTRATANTE, quando necessário, para entrega de documentação, medições e acompanhamento da execução dos serviços;

15.4. Autorizar o pagamento de despesas extraordinárias somente quando previamente justificadas, fundamentadas e aprovadas pela CONTRATANTE, em observância à legislação vigente;

15.5. Fiscalizar e exigir o cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela CONTRATADA, com atenção especial às normas técnicas, de segurança e ambientais aplicáveis;

15.6. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer irregularidades ou descumprimentos verificados durante a execução dos serviços, estabelecendo prazos para correção;

15.7. Adotar medidas proativas de acompanhamento, mediante visitas, relatórios ou reuniões técnicas, garantindo que os serviços sejam realizados de forma contínua, eficiente e em conformidade com as especificações do contrato;

15.8. Preservar a integridade ambiental e zelar pelo cumprimento das normas ambientais e de segurança no âmbito do objeto contratado, podendo intervir para evitar danos ou riscos decorrentes da execução dos serviços.

16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

16.11. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência;

16.12. Fornecer todos os equipamentos, ferramentas, utensílios, uniformes, equipamentos de proteção individual, transporte e alimentação para seus funcionários;

16.13. Realizar os serviços através de mão-de-obra especializada e qualificada, treinando sempre que necessário;

16.14. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e tributários atinentes aos seus funcionários;

16.15. Responder pelos resíduos entregues pela sua equipe, até a disposição deles junto ao aterro sanitário;

16.16. Realizar as despesas com mão-de-obra, inclusive as decorrentes de obrigações previstas na legislação fiscal, social e trabalhista, apresentando à **CONTRATANTE**, quando exigida, cópia dos documentos de quitação;

16.17. Atuar na preservação do meio ambiente em suas instalações atendendo todas as exigências legais e ambientais para prestação do serviço;

16.18. Responsabilizar-se civilmente, obrigando-se a promover os consertos necessários e a substituição dos materiais quebrados ou desperdiçados na cidade;

16.19. Atender às solicitações da Secretaria de Serviços Públicos quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do **CONTRATO**, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

16.20. Dar livre acesso a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, aos locais de serviço onde o trabalho estiver em andamento;

16.21. Manter durante toda a vigência do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.22. Manter, por si ou seus prepostos, em qualquer circunstância, elevado padrão de conduta, relacionamento e entendimento com a da Secretaria de Serviços Públicos, a(s) empresa(s) de engenharia correlatas ao serviço e a opinião pública em geral;

16.23. Ressarcir a Administração do equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção do serviço do objeto contratual, exceto quando isso ocorrer por exigência da **CONTRATANTE** ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias devidamente comunicadas à **CONTRATANTE** no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após a sua ocorrência;

16.24. Responsabilizar-se pelos salários, encargo social, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do objeto deste **CONTRATO**;

16.25. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier a causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, tendo como agente a **CONTRATADA**, na pessoa de prepostos ou estranhos;

16.26. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;

16.27. Responsabilizar-se por todas as providências, cautelas e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidente de trabalho, quando, em ocorrências da espécie, forem vítimas seus empregados ou prepostos no desempenho dos serviços ou em conexão com estes, ainda que verificado o acidente em dependências da **CONTRATANTE**;

16.28. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do **CONTRATO**, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;

16.29. Executar perfeitamente o objeto do **CONTRATO**, devendo os serviços receberem prévia aprovação da fiscalização, que se reserva o direito de rejeitá-los, caso não satisfaçam aos padrões especificados;

16.30. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à **CONTRATANTE**, nem pode onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o MUNICÍPIO.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO DO SERVIÇO

17.1. Será admitida, mediante prévia e expressa autorização da Administração, a subcontratação de forma parcial e restrita, **exclusivamente do serviço de Tratamento e destinação final de resíduos sólidos, classificados como Classe II A e Grupo D²**, correspondendo a 50% do objeto desde que a empresa subcontratada seja devidamente licenciada e autorizada pelo órgão ambiental competente para a execução dessas atividades.

² Considerando a estrutura do objeto, a subcontratação restrita ao **serviço de Tratamento e destinação final de resíduos sólidos, classificados como Classe II A e Grupo D** corresponde, sob o aspecto quantitativo, a aproximadamente **50% do objeto**, não implicando subcontratação da integralidade dos serviços nem afastamento da responsabilidade da contratada principal.

17.1.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica relativa às etapas de tratamento e destinação final, será admitida a apresentação, pela licitante, de **proposta de contratação futura** com aterro ou unidade de tratamento **devidamente licenciada**, observadas as condições e exigências estabelecidas no edital.

17.2. A admissão da subcontratação justifica-se pela especialização técnica e segmentação do mercado de gestão de resíduos sólidos, no qual as atividades de coleta e transporte apresentam natureza operacional distinta das etapas de tratamento e destinação final, estas últimas dependentes de licenciamento ambiental específico, infraestrutura própria, tecnologias adequadas e localização compatível. Trata-se de prática amplamente consolidada no setor, que contribui para maior eficiência logística e operacional, sem prejuízo da regularidade ambiental da execução contratual.

17.3. A subcontratação parcial, nos limites ora definidos, amplia a competitividade do certame, evita restrições indevidas à participação de potenciais licitantes e favorece a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

17.4. Ressalta-se que a subcontratação não estabelece vínculo jurídico direto entre a subcontratada e a Administração Pública, permanecendo a responsabilidade integral, técnica, ambiental, administrativa e contratual pela execução do objeto sob a titularidade da contratada principal, nos termos do art. 122 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto ao cumprimento das obrigações legais, à regularidade ambiental e à qualidade dos serviços prestados.

18. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

18.1. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio constitui regra geral nos procedimentos licitatórios, sendo a vedação medida excepcional, condicionada à existência de justificativa técnica devidamente motivada no processo administrativo.

18.2. No presente caso, admite-se a participação de empresas em consórcio, considerando que o objeto da contratação, consistente na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos, classificados como Classe II A e Grupo D, oriundos dos grandes geradores da Administração Pública Municipal, insere-se no âmbito da gestão de resíduos sólidos, atividade que demanda organização operacional, logística integrada, atendimento simultâneo a múltiplas unidades geradoras e observância a requisitos técnicos e ambientais específicos.

18.3. A admissão de consórcios revela-se compatível com a natureza do objeto e adequada à ampliação da competitividade, permitindo a participação de empresas que, embora não detenham isoladamente toda a estrutura necessária, possam, de forma associada, atender plenamente às exigências técnicas, operacionais e ambientais estabelecidas no Termo de Referência, sem prejuízo da eficiência, da continuidade e da regularidade da execução contratual.

18.4. O entendimento ora adotado encontra respaldo na jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, notadamente no **Acórdão nº 875/2024 - Segunda Câmara (Processo TCE-PE nº 23100918-5)**, que, ao examinar contratação relacionada à gestão de resíduos sólidos, reconheceu a legalidade da metodologia adotada pela Administração, destacando que a definição do modelo de contratação insere-se no âmbito da discricionariedade técnica, desde que fundamentada, observados os princípios da legalidade, da eficiência, da competitividade e da razoabilidade.

18.5. As empresas consorciadas deverão observar integralmente as disposições do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à apresentação do compromisso de constituição do consórcio, à

indicação de empresa líder, à responsabilidade solidária entre os consorciados e às exigências de habilitação técnica e econômico-financeira, conforme disciplinado no edital.

18.6. Assim, a admissão de consórcios mostra-se legal, tecnicamente justificada e alinhada ao entendimento dos órgãos de controle, não implicando prejuízo à fiscalização, à execução contratual ou à vantajosidade da contratação, ao contrário, contribuindo para a ampliação da competitividade e para a obtenção da solução mais adequada ao interesse público.

18.7. Será permitida a participação de empresas em consórcio integrado, por, no máximo, 02 (duas) empresas, justificado pela não complexidade de serviços que exijam maior número de consorciados, ficando a possibilidade de realização de consórcio.

18.8. O Consórcio deve atender ao disposto no art.15, Lei nº 14.133/2021 e nas seguintes condições:

18.8.1. Apresentação dos documentos exigidos neste edital, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, acrescido de 20% sobre o valor exigido de licitante individual, conforme determina a Lei nº 14.133/2021.

18.8.2. Comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a empresa líder, estabelecendo responsabilidade solidária com a indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada bem como a etapa da participação na execução dos serviços, objeto da presente licitação.

18.8.3. O consórcio deverá indicar a empresa líder, que será a responsável pela sua representação perante a Administração Pública.

18.8.4. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

18.8.5. Impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através demais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma empresa, ou em mais de um consórcio;

18.8.6. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

18.8.7. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato referente a esta licitação, o instrumento de constituição do consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo, e registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste Edital, especialmente as constantes neste item.

18.8.9. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto desta licitação, até seu recebimento definitivo.

18.8.10. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização do CONTRATANTE, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original.

18.8.11. Os consorciados deverão apresentar compromissos de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

19.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

19.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

19.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

19.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

19.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento

convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

19.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

19.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

19.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

19.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

19.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à licitante, em decorrência de conduta vedada neste Pregão, as comunicações à licitante serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao SICAF.

19.14. A licitante deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (e-mail) cadastrado junto ao SICAF e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru - PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes do contrato ocorrerão pelas fontes de recurso indicadas abaixo:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru

Órgão orçamentário: 11000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Unidade orçamentária: 11001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.130 - Suporte as Atividades do Ensino Fundamental.

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 1207 - CRECHE, PROINFÂNCIA E PRIMEIRA INFÂNCIA

Ação: 2.140 - Suporte das Atividades da Creche e 1ª infância

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos

Programa: 1209 - PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ação: 2.141 - Suporte das Atividades do Programa de Educação de Jovens e Adultos.

3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado

Unidade orçamentária: 11002 - FUNDEB

Função: 12 - Educação

Subfunção: 361 - Ensino Fundamental

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.7025 - Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental (30%)

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subfunção: 365 - Educação Infantil

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.7027 - Suporte às Atividades do Ensino Infantil (30%)

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subfunção: 366 - Educação de Jovens e Adultos

Programa: 1206 - EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

Ação: 2.7029 - Suporte às Atividades da Educação de Jovens e Adultos - EJA (30%)

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Unidade gestora: 43008 - Fundo Municipal de Saúde de Caruaru

Órgão orçamentário: 31000 - SECRETARIA DE SAÚDE

Unidade orçamentária: 31002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 1005 - GESTÃO DO SUS MUNICIPAL

Ação: 2.1053 - Manutenção das ações de gestão do SUS

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 1001 - ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE DA POPULAÇÃO

Ação: 2.1013 - Manutenção das ações de atenção básica a saúde.

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 1002 - ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL

Ação: 2.1023 - Manutenção das ações de assistência de média e alta complexidade.

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Subfunção: 304 - Vigilância Sanitária

Programa: 1004 - VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Ação: 2.1045 - Suporte às ações da Vigilância Sanitária.

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Unidade gestora: 43010 - Fundo Municipal de Assistência Social de Caruaru

Órgão orçamentário: 34000 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Unidade orçamentária: 34001 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 306 - Alimentação e Nutrição

Programa: 827 - POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Ação: 2.7011 - Suporte as Atividades do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Unidade orçamentária: 34002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais

Programa: 802 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.5003 - Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF - desenvolvidos nos CRAS.

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Programa: 803 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE (MAC)

Ação: 2.5020 - Atividades do piso de média complexidade - CENTRO POP-RUA

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Ação: 2.5024 - Atividades do piso de alta complexidade II - POP DE RUA - Serviço de Acolhimento para Adultos e Famílias

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Unidade gestora: 43018 - Central de Abastecimento de Caruaru - CEACA

Órgão orçamentário: 39000 - CEACA - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU

Unidade orçamentária: 39001 - CEACA - CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU

Função: 20 - Agricultura

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2001 - GESTÃO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DE CARUARU - CEACA

Ação: 2.4001 - Manutenção das atividades da CEACA

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 692 - Comercialização

Programa: 2311 - FEIRA DE GADO

Ação: 2.4003 - Ações da Feira de Gado

3.3.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

21. MATRIZ DE RISCOS

21.1. Nos termos do art. 13 do Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024, e dos arts. 22, §3º, e 103 da Lei nº 14.133/2021, a presente cláusula estabelece a alocação dos riscos entre a Administração e a Contratada, delimitando as responsabilidades de cada parte, com vistas a assegurar a adequada execução do objeto contratual, a continuidade dos serviços públicos essenciais e a conformidade legal, ambiental e sanitária.

21.2. Riscos sob responsabilidade da Administração - Fase de Planejamento

Compete à Administração, por meio dos órgãos e entidades demandantes, da equipe de planejamento da contratação e das áreas de planejamento e orçamento, mitigar os seguintes riscos:

I – Dimensionamento inadequado da geração de resíduos sólidos, decorrente de levantamento incompleto das unidades geradoras, ausência de histórico consolidado ou variações sazonais, podendo resultar em subdimensionamento ou superdimensionamento dos serviços.

Mitigação: realização de levantamento técnico validado pelos órgãos demandantes, com revisão periódica das estimativas.

Contingência: reavaliação do planejamento e ajustes contratuais ou instauração de novo procedimento, se necessário.

II – Insuficiência ou indisponibilidade de dotação orçamentária, decorrente de falhas de compatibilização entre a obrigação legal e o planejamento financeiro.

Mitigação: alinhamento prévio com a área de planejamento e orçamento, assegurando reserva orçamentária compatível.

Contingência: solicitação de suplementação ou remanejamento orçamentário para assegurar a continuidade dos serviços.

III – Definição inadequada das especificações técnicas e exigências ambientais, decorrente de pesquisa de mercado insuficiente ou desconhecimento das normas aplicáveis.

Mitigação: elaboração do Termo de Referência com base em estudo técnico preliminar robusto, legislação ambiental vigente e pesquisa de mercado atualizada.

Contingência: revisão das especificações técnicas e republicação do edital, se necessário.

21.3. Riscos sob responsabilidade da Administração - Fase de Seleção do Fornecedor

Compete à Administração, por meio da Comissão de Contratação e da equipe técnica responsável pelo planejamento, mitigar os seguintes riscos:

I – Inabilitação de licitantes por ausência ou irregularidade de licenças ambientais, autorizações ou documentos técnicos exigidos.

Mitigação: definição clara das exigências no edital e realização de diligências nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Contingência: revisão do edital e realização de novo certame, caso reste comprometida a competitividade.

II – Ausência de propostas válidas ou preços acima do estimado, decorrente de pesquisa de mercado inadequada ou exigências excessivamente restritivas.

Mitigação: ampliação e atualização da pesquisa de preços e revisão prévia das exigências do edital.

Contingência: revisão do Termo de Referência e republicação do certame.

III – Interpretação ambígua do edital, decorrente de redação imprecisa, podendo gerar impugnações e atrasos.

Mitigação: revisão técnica e jurídica do edital antes da publicação.

Contingência: esclarecimentos, ajustes ou suspensão do certame, conforme o caso.

21.4. Riscos sob responsabilidade da Contratada e da Fiscalização - Fase de Execução Contratual

Compete à Contratada, sob fiscalização dos gestores e fiscais de contrato designados por cada órgão demandante, mitigar os seguintes riscos:

I – Atrasos ou falhas na execução dos serviços de coleta e transporte, podendo ocasionar acúmulo de resíduos e riscos sanitários.

Mitigação: planejamento logístico adequado e cumprimento rigoroso das rotinas e cronogramas.

Contingência: aplicação de penalidades contratuais e adoção de medidas emergenciais para continuidade do serviço.

II – Destinação final inadequada dos resíduos, em desconformidade com a legislação ambiental.

Mitigação: exigência e comprovação documental da destinação ambientalmente adequada.

Contingência: suspensão da execução irregular, aplicação de sanções e comunicação aos órgãos ambientais competentes.

III – Execução dos serviços em desacordo com o Termo de Referência, decorrente de falhas operacionais ou de fiscalização.

Mitigação: fiscalização contínua e registros formais de ocorrências contratuais.

Contingência: correção imediata, aplicação de sanções e, se necessário, rescisão contratual.

IV – Falhas no acondicionamento e segregação dos resíduos pelos órgãos geradores, dificultando a coleta e aumentando riscos à saúde.

Mitigação: orientação prévia e padronização de procedimentos internos pelos órgãos demandantes.

Contingência: readequação dos fluxos internos e suspensão pontual da coleta até regularização.

21.5. A Administração deverá monitorar continuamente os riscos sob sua responsabilidade, adotando medidas preventivas e corretivas sempre que necessário para evitar impactos na execução contratual.

21.6. A Contratada será integralmente responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e sociais relativas à execução do contrato, respondendo por eventuais danos decorrentes de sua atuação.

21.7. A Contratada assumirá os riscos inerentes à execução dos serviços e responderá por qualquer descumprimento das obrigações contratuais, sujeitando-se às penalidades previstas.

21.8. A Matriz de Riscos poderá ser revista sempre que houver alteração relevante nas condições de execução do contrato, mediante justificativa formal.

21.9. O descumprimento das obrigações relativas ao gerenciamento e mitigação dos riscos poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente e do contrato.

22. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

22.1. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

22.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

23. GARANTIA

23.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução contratual, no percentual de 5% (cinco por cento)³ do valor anual do CONTRATO, nos termos dos artigos 96 a 98 da Lei nº 14.133, de 2021.

23.2. Caso a CONTRATADA opte pelo seguro-garantia⁴, a apólice deverá ser apresentada antes a assinatura do CONTRATO, ficando-lhe assegurado prazo mínimo de 1 (um) mês entre a homologação da licitação e a assinatura deste instrumento.

23.3. Caso a CONTRATADA opte pela fiança bancária ou pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, a garantia será prestada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do presente CONTRATO, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa aceita pela CONTRATANTE.

23.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação das sanções administrativas previstas no CONTRATO e poderá ensejar a extinção do CONTRATO.

23.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do CONTRATO e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) multas moratórias e compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA; e

c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, bem como obrigações para com o FGTS, não honradas pela CONTRATADA.

23.6. A garantia deverá ter validade durante toda a execução do CONTRATO e após 90 (noventa) dias do término do prazo de vigência contratual.

23.7. Nos casos de prorrogação do prazo de vigência do CONTRATO ou de alteração do seu valor, por acréscimos, reajuste ou revisão de preços, a garantia deverá ser renovada ou complementada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

23.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação ou de multas e indenizações, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição/complementação no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

³ A garantia contratual de 5% do valor do contrato encontra previsão no art. 98 da Lei 14.133/2021.

⁴ A modalidade da garantia é uma opção do adjudicatário, dentre as previstas no § 1º do art. 96, da Lei 14.133, de 2021. A depender da modalidade escolhida a garantia será obrigatoriamente prestada no ato de assinatura do contrato. Portanto, a redação do parágrafo primeiro e segundo dependerá dessa escolha.

23.9. Na hipótese de suspensão do CONTRATO por ordem ou inadimplemento da Administração, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

23.10. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia:

- a) A apólice permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- b) A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do *CONTRATO* principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- c) Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no CONTRATO;
- d) Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

23.11. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica indicada no instrumento contratual, com correção monetária.

23.12. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

23.13. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

23.14. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter e executar, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e no CONTRATO.

23.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do CONTRATO, ou a sua extinção por culpa exclusiva da Administração, mediante a comprovação, por termo circunstanciado, de que a CONTRATADA pagou, até o 45º (quadragésimo quinto) dia após o encerramento da prestação dos serviços, todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação ou que realocou todos os empregados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

23.16. Em caso de não comprovação, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao CONTRATO ou para quitação das contribuições previdenciárias e do FGTS não adimplidas.

23.17. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto à instauração de processo administrativo para apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades, mas o garantidor não é parte legítima para figurar no respectivo processo.

24. DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1. Para fins de clareza e integralidade deste Termo de Referência, são aplicáveis as informações detalhadas constantes do Estudo Técnico Preliminar, especialmente no que se refere aos resultados pretendidos, às providências adicionais, às contratações correlatas e/ou interdependentes, bem como aos possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras.

24.2. Sempre que houver divergência ou omissão entre este Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar, prevalecerão as disposições do Termo de Referência.

24.3. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos conforme as normas contidas na legislação vigente aplicável.

24.4. A Contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

24.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para dirimir quaisquer litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

25. ANEXOS

ANEXO I – CÁLCULO DE CARGA-HORÁRIA PRODUTIVA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS;

ANEXO II – COMPOSIÇÃO DE BDI;

ANEXO III – CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;

ANEXO IV – MODELO DE PLANILHA ORÇAMENTÁRIA;

ANEXO V – PLANILHA DE ENCARGOS SOCIAIS;

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA.

ANEXO VII – ARQUIVO DE PROJETO BÁSICO EM .SHP

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

Thaís Alessandra de Menezes Barbosa
Fiscalização de Contratos de Serviços de Engenharia - SESP

Hugo José Gomes da Rocha
Coordenação - CEACA

Mickael Franklin de Araujo
Coordenação de Obras - SEDUC

Paulo Augusto Santos Silva
Gerência Geral - SAS

Juscelino Lourenço de Macena
Núcleo de Engenharia e Manutenção – SMS

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE VISITA TÉCNICA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº (...)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº (...)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)., portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, DECLARA, para os devidos fins, que renuncia à realização da visita técnica ao local de execução dos serviços, nos termos previstos no Edital da licitação em referência.

Declaramos, ainda, sob as penalidades da lei, que temos pleno conhecimento de todas as informações, condições operacionais e exigências legais relacionadas à prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos, classificados como Classe II A e Grupo D, oriundos dos grandes geradores da Administração Pública Municipal, abrangendo as unidades e equipamentos públicos localizados nas zonas urbana e rural do Município de Caruaru/PE, assumindo total responsabilidade por esse fato.

Por fim, informamos que não utilizaremos a ausência de visita técnica para fundamentar quaisquer questionamentos futuros, de natureza técnica, operacional ou financeira, isentando o Município de Caruaru de quaisquer reclamações e/ou reivindicações decorrentes desse aspecto, por reconhecermos que as informações necessárias à formulação da proposta encontram-se suficientemente descritas nos documentos que integram o certame.

.....
(data)



CARUARU
PREFEITURA

.....
(Representante Legal)





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 297B-0D4F-93F6-DEA8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **THAÍS ALESSANDRA DE MENEZES BARBOSA** (CPF 097.XXX.XXX-55) em 06/02/2026 10:55:00 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **PAULO AUGUSTO SANTOS SILVA** (CPF 097.XXX.XXX-29) em 06/02/2026 13:10:41 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **HUGO JOSÉ GOMES DA ROCHA** (CPF 071.XXX.XXX-06) em 06/02/2026 13:12:13 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **MICKAEL FRANKLIN DE ARAUJO** (CPF 068.XXX.XXX-11) em 06/02/2026 13:26:24 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
- ✓ **JUSCELINO LOURENÇO DE MACENA** (CPF 704.XXX.XXX-06) em 06/02/2026 13:40:58 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/297B-0D4F-93F6-DEA8>